

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A MATA ATLÂNTICA

Quilombolas Communities and the Mata Atlântica

Simone Rezende da Silva *

Resumo

Muitos são os problemas e conflitos, sobretudo territoriais, enfrentados por populações quilombolas para a conquista, demarcação e titulação de seus territórios ancestrais. Estes territórios por vezes encontram-se sobrepostos a territórios florestais considerados prioritários para a conservação ambiental ou mesmo para a expansão de atividades degradadoras deste mesmo meio. Esta pesquisa busca analisar o papel das populações quilombolas na manutenção dos territórios florestados atlânticos, bem como seu direito a estas áreas.

Palavras chave: Natureza, Território, Quilombo, Conservação, Mata Atlântica.

Abstract

There are many problems and conflicts, especially territorial conflicts, that quilombolas populations have to confront in order to conquer, demark and entitle their ancestral territories. Theses territories are, in many cases, overlapped to forest territories that are considered priorities for the environmental conservation or even for the expansion of degrading activities. These research propose to analyze the quilombolas populations role in the subsistence of Atlantic forest territories, and the quilombolas populations right to these areas.

Key words: Nature, Territory, Quilombo, Conservation, Mata Atlântica.

Resumen

Muchos son los problemas y conflictos, especialmente territoriales, que enfrentan las poblaciones quilombolas para la conquista, demarcación y titulación de sus territorios ancestrales. Estos territorios a veces se superponen en las zonas forestales prioritarias para la conservación o para la expansión de las actividades que degradan este mismo medio. Esta investigación pretende analizar el papel de los quilombolas en el mantenimiento de las los territorios con bosques del Atlántico, así como su derecho a estas áreas.

Palabras clave: Naturaleza, Territorio, Quilombo, Conservación, Mata Atlântica.

(*) Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo - Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária. CEP: 05508-080 - Cx. Postal: 72042 - São Paulo (SP), Brasil. Tel: (+55 11) 3091 3749 - srezende@usp.br

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é o nome genérico dado às matas úmidas que se estendiam por toda a costa leste brasileira, assim como ao complexo de ecossistemas a elas associados, tais como manguezais e restingas. Estas florestas foram em sua maior extensão destruídas restando atualmente apenas 7,91% de sua área original. Mesmo diante de tão drástica redução seus remanescentes são de grande valor socioambiental dentro do bioma “Florestas Tropicais”.

Desde os primórdios da conquista do território que viria a constituir-se como Brasil a exploração e devastação das florestas costeiras foi uma marca que consagrou-se nas escolhas de desenvolvimento adotadas ao longo do tempo:

os portugueses incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e virtude, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade. A Mata Atlântica os deixava impassíveis ou atônitos. [...] Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do império, de uma civilização transferida e imposta. (DEAN, 2004, p. 60)

A história de conquista, ocupação e desenvolvimento econômico do Brasil deu-se num primeiro momento sobre o domínio da Mata Atlântica. Da extração de madeira, plantio de cana-de-açúcar e café à industrialização e urbanização, as florestas atlânticas bem como suas populações nativas e outras a elas relacionadas (negros e mestiços) foram consumidas nesse processo. E mesmo atualmente, diante de sua drástica redução estas florestas continuam pressionadas e ameaçadas.

Mesmo na atualidade, quando os conhecimentos acerca da importância sócio ambiental destas florestas apontam a importância de sua conservação a destruição dessas florestas avança dia a dia, seja pela expansão de monocultivos como eucalipto e cana-de-açúcar, seja devido aos problemas de concepção e gestão que muitas Unidades de Conservação de Proteção Integral enfrentam ao ignorarem seu contexto humano e cultural.

Neste sentido, o presente trabalho visa contribuir para a visibilidade das questões que envolvem a proteção dos remanescentes florestais atlânticos bem como das populações tradicionais que habitam tais fragmentos. Para tanto, ressalta-se a importância destes remanescentes, bem como dos processos que levaram à sua quase total destruição, além ainda de analisar o papel das populações tradicionais, especificamente das populações quilombolas para a manutenção das florestas que historicamente ocupam.

O foco específico sobre as populações quilombolas adveio do fato de historicamente as populações negras terem sido marginalizadas no Brasil, primeiro como mercadorias e depois como seres humanos de segunda classe, o que levou parcelas da população negra a buscarem abrigo nas fronteiras florestais do país, nas quais por vezes encontraram indígenas e mestiços, com os quais muito intercambiaram, constituindo assim comunidades rurais negras que desenvolveram, em geral modos de vida integrados aos sistemas naturais.

Enquanto a conquista e conseqüente destruição de nossas florestas avançava, transformando drasticamente as paisagens atlânticas, os povos que resistiam a serem explorados ou literalmente escravizados no processo de desenvolvimento que se instalava no Brasil buscavam refúgio em áreas afastadas desse processo, nas quais a floresta consistia abrigo e possibilidade de vida em liberdade. Os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza, conforme suas cosmologias, buscavam quando possível esse distanciamento. A eles se juntaram mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização.

Especialmente ao que concerne às populações negras a fuga tendo como destino as matas consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição dos quilombos .



Os negros escravizados, tornados mercadorias, antes e depois da abolição da escravatura foram marginalizados, pois a constituição da ideia de raças distintas, que no contexto da colonização das Américas e instituição do capitalismo colonial eurocentrado foi conveniente, arraigou-se em nossa sociedade impedindo que os negros deixassem, mesmo após a abolição, de serem vistos como inferiores. Segundo Aníbal Quijano:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. [...] Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 228 e 229).

A abolição da escravatura ocorrida em 1888, não promoveu uma transformação radical da sociedade brasileira, pois não garantiu direitos efetivos aos negros, nem tampouco o inseriu de forma digna na sociedade. A estrutura fundiária permaneceu intocada, a vida econômica continuou apoiada na grande propriedade exportadora e a população escravizada, depois de libertada, foi marginalizada e abandonada à sua própria sorte. Diante da marginalização, muitos ocuparam áreas insalubres das cidades ou suas periferias, outros migraram em busca de terras distantes nas quais pudessem praticar a agricultura, realizar algum tipo de extrativismo ou pesca para a reprodução de seu incipiente modo de vida.

De acordo com Lopes (1987, p. 22) desde 1850, com a publicação da Lei de terras, eliminava-se, por antecipação, a possibilidade de criação de um campesinato negro autônomo e estável, que, em algum grau, redimisse os males da escravidão extinta em 1888, afinal a partir desta lei a terra deve ser adquirida por compra e venda, o que excluiu a população pobre e sobretudo a negra.

Desta forma, a fronteira florestal continuou a ser o refúgio, o abrigo no qual populações negras se fixaram, muitas vezes desenvolvendo um modo de vida próprio, construindo mitos e lendas, até serem alcançados por uma nova onda de “desenvolvimento” com a qual disputam o território.

Os territórios florestados atlânticos historicamente têm sido palco destas disputas territoriais há mais de um século, pois foram em grande parte devastados e consumidos no processo de desenvolvimento adotado em nosso país e cujos fragmentos restantes encontram-se, em grande medida, sobrepostos aos territórios de variadas populações tradicionais, entre as quais muitas quilombolas.

Esta sobreposição não se trata de mero acaso, mas sim o resultado de um processo histórico que marginalizou populações negras e fez muitas dessas se fixarem em zonas afastadas dos centros urbanos ou das grandes monoculturas que substituíram as florestas nativas. Desta forma, pode-se afirmar que são estas populações, em grande parte, responsáveis pela existência e manutenção da Mata Atlântica restante no país.

Tendo em vista tal situação é necessário e urgente apoiar novas formas de preservação-conservação da natureza mais adequadas a nossos sistemas naturais e culturais, pois muitas vezes o território abrangido pela natureza a ser protegida coincide com territórios de populações tradicionais, então por que não reconhecer suas práticas e aliá-las a esta proteção e ao mesmo tempo garantir seu desenvolvimento no princípio da equidade?

Os dilemas territoriais das comunidades tradicionais permanecem no Brasil sem um tratamento social e ambiental adequado. Talvez porque estas comunidades se situem na fronteira do reconhecimento do seu papel na conservação. Talvez porque visões ultrapassadas de gestão ambiental permaneçam e continuem invisíveis para a sociedade dominante. Talvez porque esta sociedade não as enxerguem como parceiras. Há um conflito de visões arraigadas ao modo de pensar das classes dominantes que controlam as instituições governamentais. A cultura institucional brasileira continua autoritária, apesar dos significativos avanços que alcançamos muito por conta das pressões sociais



destas comunidades e por sua aguerrida organização. É importante dizer que os avanços jurídicos foram conquistados e não concedidos.

Desde Constituição Federal de 1988 a partir de seu artigo 68 e posteriormente com o Decreto no. 4.887 de 20 de novembro de 2003 que asseguraram a estas comunidades rurais negras, quilombolas, o direito aos territórios ancestrais, estas vêm organizando-se e lutando pelo cumprimento da legislação e pela igualdade de oportunidades entre todos.

Segundo Manuel Correia de Andrade (2001) o quilombo foi um ponto de encontro entre as culturas africana e portuguesa, já influenciadas pela realidade brasileira, e por contatos com os indígenas. Nesta mesma lógica pode-se dizer que o estudo de comunidades quilombolas também revela o encontro de povos tradicionais com a natureza e suas interações.

Neste sentido, foram consideradas representativas comunidades quilombolas instaladas ao longo dos remanescentes de Mata Atlântica nas regiões Sudeste e Nordeste do país, pois visava-se realizar uma apreciação genérica, mas abrangente do estado de conservação destas florestas e aprofundar a análise no que diz respeito ao papel das comunidades quilombolas para a manutenção dos territórios florestados.

A partir da representatividade tanto da diversidade ecológica quanto histórica e cultural chegou-se à escolha de três comunidades: Mandira, São Jorge e Povoação de São Lourenço (Figura 1). Todas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e que aguardam a titulação de suas terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), instaladas em trechos de Mata Atlântica considerados, do ponto de vista ecológico, como prioritários para conservação e ao mesmo tempo disputados para o avanço de atividades agroindustriais. O que configurava situações de conflitos de territorialidades.

A comunidade de Mandira, localizada no município de Cananéia-SP, foi escolhida por encontrar-se no Vale do Ribeira, região na qual está o maior contínuo de Mata Atlântica preservada do Brasil e que também concentra a maior parte das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, sobreposição esta vista não como um acaso nesta pesquisa. Além disso, Mandira foi uma comunidade fortemente afetada pela imposição de Unidades de Conservação de proteção integral sobre o seu território e em função disso teve uma trajetória de organização e luta que levaram ao próprio reconhecimento da comunidade como quilombola e à criação de uma reserva extrativista.

A comunidade de São Jorge, localizada no município de São Mateus-ES, foi inserida nesta pesquisa por fazer parte da região do Sapê do Norte no Estado do Espírito Santo, região que até a década de 60 registrava a presença de contínuos florestais atlânticos (devastados pela monocultura do eucalipto) e cujos fragmentos hoje restantes, guardam ainda grande biodiversidade e são imprescindíveis para recomposição dessas florestas e ao modo de vida das populações quilombolas aí presentes, visto que a região, também não por acaso concentra a maior parte das comunidades quilombolas do estado. Soma-se a isto o grande conflito que vive atualmente com a expansão das atividades monocultoras (eucalipto e cana-de-açúcar) que consomem as florestas atlânticas da região.

A comunidade de Povoação de São Lourenço, localizada no município de Goiana-PE, fez parte deste estudo por localizar-se na Zona da Mata nordestina, primeira região do país explorada intensamente e onde a Mata Atlântica foi quase totalmente destruída restando apenas fragmentos desta. Além do mais, foi também para esta região que vieram os primeiros escravos negros, para trabalharem nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro. Povoação de São Lourenço encontra-se em um desses poucos fragmentos atlânticos e mais importante, está em pleno movimento organizativo, resistindo às pressões da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, assumindo-se quilombola e inclusive fazendo parte de uma reserva extrativista como estratégia de permanência em seu território.



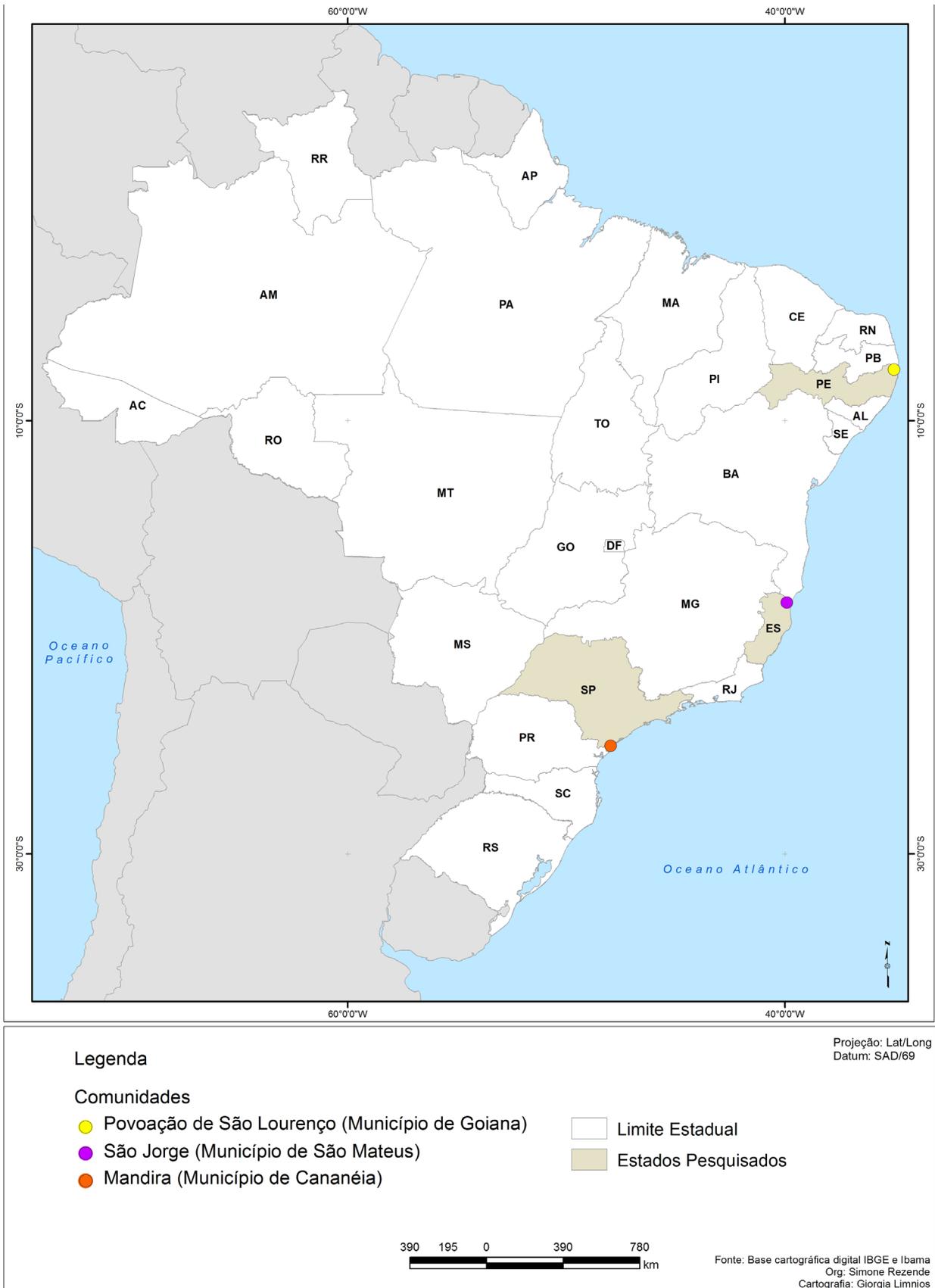


Figura 1 - Mapa de Localização das Comunidades Estudadas



Os três casos pesquisados são emblemáticos por vários motivos, primeiro por se tratarem de comunidades negras cujos ancestrais tendo sido considerados mercadorias foram usados na destruição das florestas e depois descartados, porém, foi justamente nas fronteiras florestais, no contato com os indígenas que estes ancestrais aprenderam a manejar a natureza e a viver com ela. Em segundo lugar, as três áreas de remanescentes de Mata Atlântica nas quais estas comunidades vivem há gerações são consideradas áreas prioritárias para conservação devido a alta diversidade biológica e altas taxas de endemismos. E em terceiro lugar as três comunidades enfrentaram ou ainda enfrentam conflitos territoriais nos quais estão em jogo não somente a vida das comunidades, mas também a continuidade da natureza aí conservada.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A propriedade da terra no Brasil historicamente não esteve acessível à população das classes baixas, menos ainda aos negros que até 125 anos atrás eram considerados meras mercadorias. Estes últimos mesmo após a abolição da escravatura dificilmente conseguiam os recursos necessários para obter uma propriedade.

Aliado ao fato da terra ser quase inacessível ao negro a recusa à submissão ou à marginalização levou muitas populações a buscarem terras distantes das grandes monoculturas, dos centros urbanos e lá fixassem posses e constituíssem comunidades.

Via de regra estas eram áreas florestadas e serviam de abrigo aos que fugiam da escravização e após a abolição aos que fugiam da marginalização.

Nestas áreas comunidades quilombolas forjaram suas identidades bem como um modo de vida que privilegiou, em grande medida, o respeito ao ambiente natural, usufruindo dele, porém sem comprometê-lo ou destruí-lo como o fez os setores dominantes da sociedade em relação, por exemplo, à Mata Atlântica, a qual teve mais de 90% de sua área destruída.

Desta forma, afirma-se que as populações tradicionais, entre estas as quilombolas, são, em grande medida, responsáveis pela existência e manutenção de muitos ambientes naturais existentes em nosso país.

Principalmente em relação à Mata Atlântica cuja situação atual é de drástica redução de sua área original além de intensa fragmentação de seus remanescentes esta sobreposição é nítida. Com exceção de áreas como as escarpas da serra do mar na região Sudeste do país, cuja ocupação foi dificultada por questões físicas, a Mata Atlântica somente prevaleceu em áreas em que a ocupação se deu fora da lógica de apropriação desenvolvimentista (no Brasil de base capitalista), ou seja, a floresta persistiu onde as populações tradicionais se estabeleceram e desenvolveram formas mais integradas de convivência e usufruto das florestas.

Devido a esta sobreposição muitos destes territórios tradicionais (e florestados) estão em disputa. As populações que mantiveram as florestas em pé lutam pela permanência em seus territórios ancestrais que via de regra são alvo tanto do avanço de atividades ditas produtivas como a agricultura extensiva, entre outras, quanto da preservação e intocabilidade destas áreas como ilhas, áreas protegidas, das quais o homem, independentemente de seu modo de vida, deve estar afastado.

Contudo, a experiência demonstrou que áreas vazias, despovoadas e demarcadas como áreas naturais protegidas não foram eficazes para a manutenção da natureza, pois o homem amplia o seu domínio e quando é proibido de viver com a natureza ou não aprende a viver em harmonia com os sistemas naturais, vai viver da natureza, ou seja, consumindo-a indiscriminadamente, como acontece no entorno de muitas áreas protegidas e que foram constituídas em sua maioria de forma arbitrária e com critérios exclusivamente biológicos.

De acordo com Diegues (2000) o ideal de uma natureza paradisíaca isolada das sociedades humanas é na verdade um frágil mito, pois desde a nossa pré-história os homens vivem e dependem da natureza.



Assim, o modelo de proteção da natureza adotado no Brasil, baseado em reservação de áreas de natureza intocada/intocável, mostrou-se ineficaz em vários aspectos, principalmente no que diz respeito a não inclusão das populações tradicionais moradoras nas áreas tornadas unidades de conservação de proteção integral ou de seu entorno.

Contudo, a emergência da questão ambiental nas últimas décadas e a própria organização política das populações afetadas lançaram uma nova luz sobre o papel dessas populações para uma efetiva proteção da natureza, na qual uma eficaz estratégia de conservação deve basear-se em um conceito de biodiversidade na qual a cultura esteja incluída.

Para Diegues e Arruda (2001, p. 11) “a diversidade biológica [...] não se restringe a um conceito pertencente ao mundo natural; é também uma construção cultural e social. As espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais, e finalmente, mercadoria nas sociedades modernas.”

A biodiversidade de uma área seria o produto da história da interação entre o uso humano e ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas. Frequentemente o que é chamado de padrão natural não é senão o resultado de padrões de uso da terra e dos recursos associados fruto de determinados estilos de vida ao longo do tempo (BENSUSAN, 2006).

Desta forma, pode-se afirmar que o entendimento, até agora predominante, de que toda relação entre homem e natureza seja destrutiva é simplificador e injusto com inúmeras culturas que desenvolveram outras formas de relação com a natureza.

William Balée (1998) tendo por base as diversas possibilidades de relacionamento entre sociedades e natureza afirma que não só estas relações podem ser harmônicas como também podem levar ao aumento da biodiversidade local.

Evidências sugerem que a criação de certas paisagens pelo homem não resultam em dano irreversível para a biodiversidade regional – debilitando assim a doutrina Homo devastans. A evidência está associada principalmente com as origens de plantas e animais domesticados e semidomesticados. Em algumas regiões do mundo neolítico, a domesticação de plantas e espécies animais pode ter acarretado um aumento líquido do número total de espécies presentes, assumindo que muitas vezes o progenitor selvagem continuou a existir. O Novo Mundo contribuiu com mais de uma centena de espécies de plantas para o inventário mundial de plantas domesticadas (BALÉE, 1998, p. 19, tradução nossa)

O modelo de área protegida que não permite moradores em seu interior não faz distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.) e mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há gerações nessas áreas, as populações passam à ilegalidade, dando início assim a numerosos conflitos de territorialidades.

Contudo, esta não é a única ameaça a tais populações. Da mesma forma que áreas são escolhidas como amostras de natureza a serem preservadas e deixadas intocáveis, outras o são como locais para a expansão de atividades de desenvolvimento econômico altamente consumidoras de recursos naturais.

Um claro exemplo da diversidade de pressões que as populações tradicionais enfrentam pode ser encontrado nos recentes investimentos e incentivos ao desenvolvimento e uso de biocombustíveis que vêm dando impulso a uma nova expansão da monocultura de cana-de-açúcar, principalmente no centro-oeste paulista e na Zona da Mata nordestina.

Contraditoriamente o combustível propagandeado como limpo e ecologicamente adequado é feito a partir de uma monocultura que homogeneiza paisagens, promove o desmatamento de florestas nativas e aumenta a pressão fundiária sobre populações tradicionais.

Em Povoação de São Lourenço, comunidade localizada no município de Goiana-PE, e uma das comunidades pesquisadas, seus moradores lamentam estarem cada vez mais ilhados pelo “mar



verde” dos canaviais que se expandem sobre antigas áreas de roça da comunidade e sobre atuais áreas de extração de moluscos, manguezais aos quais a comunidade chama localmente de maré:

Nós estamos cada vez mais pressionados, isso tudo aqui é cana, cana, cana que não acaba mais, eles estão derrubando até mangue para pôr no lugar a cana, daqui dá para ver. Quase não tem lugar para roça, e daqui a pouco não vai ter lugar para pegar a ostra, porque eles estão acabando com a maré. (DADÁ, moradora de Povoação de São Lourenço – julho de 2007).

Além dos problemas causados pela expansão canavieira na região de Povoação de São Lourenço, os moradores dessa comunidade deparam-se com problemas decorrentes da degradação do manguezal de onde extraem moluscos e de todo o estuário do rio Goiana pela carcinicultura (fazendas de cultivo de camarões), que é mais uma das ameaças as quais a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados estão submetidos.

Povoação de São Lourenço é uma comunidade de remanescentes de quilombo, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e que aguarda a demarcação de seu território pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa comunidade que vivia da roça de subsistência, da extração de produtos florestais caça e pesca, vem sendo historicamente pressionada pela monocultura da cana-de-açúcar, que ocupou quase a totalidade de suas terras. Na impossibilidade de cultivo agrícola os moradores da localidade foram dedicando-se cada vez mais à pesca e, sobretudo à extração de moluscos dos manguezais ali próximos. Durante décadas os manguezais da região foram fonte de proteína animal para esta população, além ainda de propiciar excedente monetário necessário à manutenção da vida.

Tanto a cana-de-açúcar quanto a carcinicultura vem impactando e reduzindo a área de ocorrência do manguezal, diminuindo assim a quantidade de peixes e moluscos, tão necessários à dieta e ao orçamento dessa população.

Durante décadas seus moradores usufruíram dos benefícios da natureza local, prática e simbolicamente e a mantiveram em equilíbrio até terem de disputar seus territórios com atividades de interesse comercial de larga escala.

Portanto, não há dúvida que melhor para a manutenção da biodiversidade nessa região é manter também a sociodiversidade. A população que necessita dos recursos desse estuário também é necessária para a continuidade de existência desses recursos.

Desta forma, a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, que engloba territórios de Povoação de São Lourenço é uma medida que deve contribuir para assegurar a continuidade dos ecossistemas locais, bem como a continuidade do modo de vida de seus moradores.

Outro exemplo interessante de integração entre sociedade e natureza pode ser encontrado na comunidade de São Jorge, localizada no extremo norte do estado do Espírito Santo, região conhecida como Sapê do Norte, que até poucas décadas era recoberta por Mata Atlântica. A floresta havia permanecido nessa região devido à presença e uso que comunidades como São Jorge, bem como das demais comunidades negras ali instaladas há gerações fizeram dessas florestas costeiras.

Essas comunidades negras viviam da agricultura para provimento familiar, extração florestal, caça e em grande medida da pesca de rio, que era uma importante fonte de proteína animal na região. Desta forma, entende-se que ao mesmo tempo em que dependiam do provimento florestal, foram eles os responsáveis pela salvaguarda dessas florestas, que além de prática eram também importantes do ponto de vista simbólico e espiritual, como nos relata esse morador da região:

Isso tudo aqui era mata, mata a perder de vista, eu ainda peguei essa época de fartura, tinha caça à vontade, todo mundo tinha sua rocinha, peixe tinha demais também, esses rios eram tudo cheio de peixe de todas as qualidades, hoje se acabou o peixe, não tem mais rio limpo, é tudo cheio de veneno do calipto (eucalipto). E até as coisas da religião da gente se prejudicou, porque não tem mais mata, tem coisa que não dá mais para fazer (Helvácio, morador de São Jorge – novembro de 2006).

Contudo, a partir dos anos 1960 essas comunidades negras, hoje reconhecidas como remanescentes de quilombos, foram sendo expulsas de seus territórios também pela expansão da cana-de-açúcar, mas principalmente pela chegada avassaladora do monocultivo de eucalipto para produção de celulose.

De acordo com Yaccoub (2005) na região conhecida como Sapê do Norte viviam cerca de 10 mil famílias negras distribuídas em aproximadamente 2 mil comunidades, hoje persistem na região cerca de 1300 famílias distribuídas em 35 comunidades. Entretanto, é com essas famílias que insistiram em permanecer na terra que começa o longo trabalho de reconstrução cultural, econômica e territorial dessas populações.

Do sucesso dessas comunidades em obterem de volta seus territórios (mais de 50 mil hectares) depende em grande parte a possibilidade de recuperar áreas e vigor da Mata Atlântica. Pois essas comunidades querem não apenas suas terras, querem acima de tudo o território ancestral, da terra rola (que não pertence a ninguém e onde todos podem soltar suas criações), das florestas que mantém a saúde das águas e onde os rituais da religião de matriz africana podem voltar a acontecer.

A terceira comunidade visitada para esta pesquisa, Mandira, localizada no município de Cananéia-SP, é outro exemplo, talvez o melhor sucedido, de convivência saudável e continuada entre homem e natureza.

Como as demais, Mandira é uma comunidade negra remanescente de quilombo e desenvolvia um modo de vida extremamente ligado aos recursos disponibilizados pela Mata Atlântica. Camponeses que primeiramente cultivavam a terra e secundariamente realizavam atividades ligadas à pesca, suas vidas foram fortemente impactadas não pela destruição da natureza necessária à suas vidas, muito pelo contrário, o impacto foi causado pelo modo de proteção dessa natureza, ou seja, pela criação de uma unidade de conservação ambiental de proteção integral, além de outras legislações ambientais restritivas às atividades ali desenvolvidas, como o código florestal.

A proibição ao cultivo de suas terras e à extração e caça nas florestas, devido à sobreposição do Parque Estadual de Jacupiranga em parte de seu território, a atividade da comunidade voltou-se para a extração de moluscos do manguezal próximo a eles. Da intensa relação com as florestas passaram a uma intensa e continuada relação com esses manguezais e foi a partir dessa relação que surgiu e se concretizou a idéia de criação da Reserva Extrativista de Mandira.

Quando o meio ambiente começou a fiscalizar e dizer que tudo que nós fazia era ilegal, foi muito difícil, e foi assim, vamos dizer, pior, porque se nós não podia fazer roça, tinha que consumir mais coisas das matas. Mas o trabalho com a ostra predominou e no começo tinha também seus problemas, porque esse era considerado um trabalho sujo e se ganhava pouco. Depois, quando nós fomos assim, nos organizando, que nos reconhecemos como quilombolas e veio a idéia da reserva extrativista é que o trabalho ficou mais organizado, mais lucrativo e melhor também para o manguezal. (S. CHICO MANDIRA, morador da comunidade de Mandira – outubro de 2006).

A criação dessa Reserva Extrativista consolidou laços de união entre os moradores (que são também parentes) e devolveu dignidade ao trabalho por eles realizado. Além do mais, antes como agora, essa comunidade é em grande parte responsável pela manutenção dos sistemas naturais na região, pois que na sua interação com esses sistemas os protegeram de atividades nocivas como a especulação imobiliária e o turismo de larga escala.

OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

Muitos pesquisadores (BALÉE, 1998; DIEGUES, 2000; GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; POSEY, 1987 e 1998) afirmam que diversas áreas habitadas por populações tradicionais se conservam com cobertura florestal e com alta biodiversidade em virtude do manejo ligado ao modo de vida dessas comunidades. Esta forma de enxergar as relações entre homens e natureza pode ser chamada de “ecologia social”, que em geral apóia-se na etnociência ou etnobiologia, isto é, nos



conhecimentos empíricos e cosmológicos das populações tradicionais acerca da natureza como fonte de informação.

De acordo com Gómez-Pompa (1971, p. 124) as florestas tropicais têm atrativos e problemas dificilmente iguados por outras floras no mundo, que vão desde o conhecimento das espécies que as compõem, até o entendimento da origem da diversidade e riqueza florística que as caracterizam (GÓMEZ-POMPA, 1971, p. 124).

Este pesquisador, baseado em seus estudos nas florestas mexicanas, acredita que a riqueza de espécies nos trópicos está fortemente vinculada à vegetação secundária e que a evolução de muitos táxons tropicais não pode ser entendida sem se levar em conta seu comportamento na sucessão, ou seja, ligada ao manejo exercido historicamente por muitas populações tradicionais, mas principalmente à agricultura itinerante.

Embora as pesquisas sobre o mundo tropical avancem continuamente ainda se conhece pouco das florestas tropicais frente a sua importância, principalmente no que diz respeito à origem de sua diversidade. Pesquisadores como Gómez-Pompa (1971); Balée (1998) entre outros têm afirmado que tal diversidade liga-se de modo intrínseco à sua história antropogênica, pois o homem desde a pré-história interfere consciente ou inconscientemente na distribuição da vegetação, seja pela dispersão de sementes, pela proteção de espécies consideradas úteis ou sagradas, pela seleção de espécies para domesticação, pela caça ou domesticação de animais necessários à polinização de espécies da floresta, etc.

Os pesquisadores Catherine Larrère e Raphael Larrère (1997, p. 140) também afirmam que o homem em determinadas condições desempenha papel crucial para a origem e manutenção da diversidade de espécies, pois “freqüentes e variáveis, as perturbações intervêm não somente para iniciar a sucessão, mas também em todos os momentos de seu desenvolvimento: desempenham papel determinante na variabilidade espacial e temporal da vegetação [...] Em realidade, toda fragmentação da biosfera, como se pode observar hoje, é o produto local de uma história singular e definitivamente única.”

Diante de estudos que comprovam tipos de manejo, que vão desde a proteção de espécies até sua dispersão em determinados ambientes Diegues e Arruda (2001), bem como Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam ser necessário repensar o conceito de florestas “virgens”, pois “a medida que aumenta o nosso conhecimento e entendimento sobre as influências antropogênicas na composição da vegetação madura, é necessário redefinir e qualificar o que se quer dizer por hábitat não modificado.” (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 133).

As populações tradicionais, indígenas ou não, têm formas próprias de nomear, classificar e atribuir valor à natureza com a qual estão, muitas vezes, intrinsecamente interligadas, por isso esta, em geral, não é entendida como recurso natural e sim como parte constituinte da vida cujos saberes são passados oralmente de geração a geração.

Neste sentido a incorporação de visões alternativas no trato com o meio ambiente, avaliando-o em seu contexto histórico, social e cultural por parte dos atuais e futuros cientistas é cada vez mais necessária (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000).

Para estes autores, por exemplo, a coivara (agricultura de corte e queima) é parte integral dos ecossistemas florestais tropicais há milênios, contudo, ela não deve ser confundida com queimadas abusivas, realizadas em larga escala por agricultores que não têm domínio do ambiente local.

Afinal, de acordo com Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Autores como Philippe Descola (2000) afirmam, baseados em estudos etnoecológicos, que há uma forte vinculação entre a fragilidade e complexidade de ecossistemas tropicais e a extensão dos saberes, das técnicas desenvolvidas pelos ameríndios para tirar proveito de seu ambiente e adaptá-lo a suas necessidades.



Para este autor além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etnológicos empregados pelos índios em suas atividades de reprodução cotidiana da vida, é o conjunto de suas crenças religiosas e de suas mitologias que deveria ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico do funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados.

Embora venha crescendo o número de pesquisadores que enxergam utilidade nos conhecimentos tradicionais, poucos são os que realmente valorizam a forma como estes conhecimentos foram produzidos e transmitidos, limitando-se, muitas vezes, a realizar inventários de fauna e flora e suas utilidades.

William Balée (1998) preocupado com as inter-relações entre homens e o mundo natural, por ele chamado de biosfera, se propõe aos estudos de ecologia histórica e coloca três premissas para o entendimento dessas inter-relações:

Premissa 1 – Muita, senão toda, a biosfera não humana tem sido afetada pela atividade humana [...]. Premissa 2 – A atividade humana não leva necessariamente à degradação da biosfera não humana e à extinção das espécies, e também não necessariamente cria uma biosfera mais habitável para humanos e outras formas de vida e incrementa a abundância dessas [...]. Premissa 3 – Diferentes tipos de sistemas econômicos e sócio-políticos (ou economias políticas) em determinados contextos regionais tendem a resultar em efeitos qualitativamente diferentes sobre a biosfera, sobre abundância e especiação de formas de vida não humanas e sobre a trajetória histórica dos subseqüentes sistemas econômicos e sociopolíticos humanos (ou economias políticas) nas mesmas regiões (BALÉE, 1998, p. 14, 19 e 22, tradução nossa).

Pode-se afirmar então que não existe natureza intocada, toda a natureza que se vê passou ou passa na atualidade por algum tipo de intervenção humana, por isso as paisagens, ou seja, a natureza em somatória de tempos é o resultado dessa inter-relação histórica. Diferentes sociedades relacionam-se de distintas formas com seus ambientes. Pesquisadores como William Balée (1998) e Darrell Addison Posey (1998) procederam, em suas trajetórias, a estudos da ecologia histórica, que os permitiram, entre outras coisas, indicar outros rumos e perspectivas para uma melhor e mais justa conservação da natureza a partir da análise e interpretação de paisagens.

A ecologia histórica tem um papel importante em alertar cientistas de muitas disciplinas e subdisciplinas acerca da natureza e importância da influência humana na conservação, manejo e inclusive estímulo da diversidade biológica e ecológica. As qualidades antropogênicas da paisagem tem se tornado crescentemente evidentes, desta forma, diminuindo a idéia de que as sociedades humanas só podem ser destrutivas para a natureza e que os recursos tradicionais são “selvagens”. (POSEY, 1998, p. 115, tradução nossa)

A paisagem é, neste sentido, um conceito importante, visto que integra homem e natureza num mesmo cenário que vem sendo construído historicamente na inter-relação entre ambos, sendo o tempo um importante componente. De acordo com Larrère, (1997 p. 203) a paisagem no sentido ecológico do termo “é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas”.

A definição de paisagem como fruto de uma história comum e interativa entre homem e natureza e em constante transformação, auxilia uma nova perspectiva de conservação da natureza, e poderia, inclusive, ser um conceito norteador de novos critérios de seleção de áreas prioritárias para a conservação da natureza, que hoje se baseiam principalmente em critérios biológicos restritos. Diegues (2000), por exemplo, sugere que um novo critério para seleção de novas áreas para conservação seja o da existência de áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etno-manejo realizado pelas populações tradicionais indígenas ou não indígenas.



Desta forma, essas populações ao invés de serem expulsas de suas terras/territórios, seriam valorizadas e incluídas em novas estratégias de conservação. Quebrando assim, barreiras e preconceitos que a ciência convencional tem criado ao longo do tempo.

Um exemplo claro de avanços conseguidos nesse sentido veio a partir dos movimentos sociais do campo, principalmente na figura do movimento dos seringueiros amazônicos, que a partir da década de 1970, dá início a organizações sindicais para garantir seu acesso à terra e aos recursos da floresta. Em 1985, eles unificaram a luta no Conselho Nacional dos Seringueiros, e apenas fazendo uso do que lhes era apropriado dentro do discurso e das práticas do movimento ambiental, conseguiram criar uma modalidade de área protegida, incorporada pelo SNUC a “Reserva Extrativista”, na qual seu modo de vida está adequado.

Embora as reservas extrativistas também apresentem problemas, principalmente no que diz respeito à viabilidade econômica, do ponto de vista desta pesquisa, elas continuam a ser importantes modelos a serem aperfeiçoados para uma nova forma de conservação da natureza e desenvolvimento local.

De acordo com Catherine Aubertin (2000, p. 165) as reservas constituem locais de experimentação para uma exploração sustentável da floresta, baseada no uso coletivo, onde as populações seriam as protetoras efetivas do meio ambiente. Além disso, as reservas extrativistas possibilitam a resolução de problemas fundiários para segmentos culturalmente diferenciados (tradicionais), o que não é pouco quando se avalia a história fundiária do Brasil.

Diegues (2000) a partir de suas críticas ao modelo de proteção da natureza importado do hemisfério norte propõe a “etnoconservação”, que seria a forma de conservação da natureza que buscaria maior adaptação às necessidades ambientais e culturais locais, descartando, no entanto, uma visão romancada de que as populações tradicionais são conservadoras ambientais inatas.

Ainda segundo Diegues (2000), para se chegar a uma verdadeira etnoconservação deve-se partir do pressuposto de que tanto o conhecimento científico quanto o tradicional são importantes. O primeiro pela possibilidade de diálogo global e acesso à tecnologia de ponta em suas investigações, e o segundo por ter acumulado por gerações conhecimentos locais. Por isso pesquisadores têm se dedicado aos estudos de origem e evolução temporal de ambientes e sociedades.

Cada vez mais os conservacionistas se dão conta de que a estratégia de criação de áreas protegidas descontextualizadas do panorama político, social e cultural local, acaba resultando em perda de biodiversidade ou em uma conservação ineficaz.

Para Bensusan (2006) enquanto o mau uso da terra e dos recursos naturais fora das áreas protegidas persistir, o futuro das unidades de conservação e de sua biodiversidade estará ameaçado.

Desta forma, pode-se afirmar que mais que pensar a conservação dentro de áreas protegidas é necessário pensar formas de conservação da natureza em qualquer parte. Nesse sentido as comunidades quilombolas, bem como diversas outras populações tradicionais, podem ser importantes aliadas da conservação, visto que seus territórios, mantêm a natureza por elas manejada e integrada em suas culturas e modos de vida. Afinal como afirma Manuel Correia de Andrade:

Tentando fazer uma retrospectiva que vá ao início do século XVI até os fins do século XIX, em que dominou o sistema escravagista, é interessante examinar até que ponto as condições naturais foram preservadas, quer nas grandes áreas de domínio do colonizador, quer nas pequenas áreas de domínio dos quilombolas. Enquanto o colonizador destruía as florestas, em larga escala, para expandir as suas culturas – cana-de-açúcar e algodão no Nordeste, arroz no Maranhão, cacau no sul da Bahia e café no Rio de Janeiro e São Paulo –, os quilombolas derrubavam a mata em pequenas áreas para fazer culturas de subsistência, criavam animais, sobretudo aves, que não traziam prejuízos à vegetação nem provocavam a derrubada da floresta (ANDRADE, 2001, p. 85).

Portanto, é necessário notar como todas essas considerações se articulam com a questão das comunidades quilombolas, visto que historicamente florestas e quilombolas foram aliados.

Para a comunidade de São Jorge, bem como para as demais comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte no Espírito Santo, a reconquista efetiva de suas terras, com demarcação e titulação do território, significará um importante e fundamental avanço. Contudo, reconquistar a terra arrasada pela monocultura de eucalipto implica na continuidade da luta pela reconquista do território que incluía matas, rios, lagos, roças e terras à rola.

Eles querem a substituição da paisagem homogeneizada dos eucaliptos, na qual eles estão absolutamente subjugados, pela paisagem de outrora, na qual eles estavam integrados produtiva, social, cultural e ambientalmente. Para tanto necessitam ser apoiados por políticas públicas que lhes permitam recompor seus roçados e florestas, mas que também ampliem suas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento cultural.

Nesse sentido o desenvolvimento de projetos agroflorestais na região viria de encontro com essas expectativas, visto que são reconhecidamente modelos de exploração de solos que mais se aproximam ecologicamente da floresta natural e, por isso, considerados como importante alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido, dessa forma:

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) constituem-se em alternativas para aumentar os níveis de produção agrícola, animal e florestal. Nessa perspectiva, a discussão do tema se torna necessária, pois os sistemas agroflorestais são alternativas de uso do solo praticadas há séculos em quase todas as faixas tropicais do mundo.

Sistemas agroflorestais é um nome novo para práticas antigas, muitos sistemas hoje chamados agroflorestais já eram empregados por populações tradicionais em seus manejos das florestas, outros foram adaptados, mas em geral partiram das observações de etnocietistas, como por exemplo, os quintais florestais, que associam espécies frutíferas próximas as casas com hortas e criações.

Contudo, como afirma Sylvia Bahri (2000, p. 168) a consolidação e a viabilidade dos sistemas de produção baseiam-se na associação de diversas atividades: agrícola, agroflorestal, extrativista, pesca e caça. É a diversificação dos modos de utilização do ambiente que pode garantir a viabilidade do sistema e potencializar a conservação.

Novas formas de proteção da natureza pressupõem uma nova racionalidade sócio-ambiental na qual a diversidade cultural é uma necessária aliada. Desta forma, as populações quilombolas são importantes aliadas na preservação da natureza, pois sua conquista social e cultural é uma exemplar barreira ao avanço da degradação ambiental.

No estado de São Paulo, por exemplo, os territórios quilombolas em grande medida sobrepõem-se a importantes remanescentes de Mata Atlântica do país. O reconhecimento dos territórios quilombolas, entre estas a comunidade de Mandira, representa uma conquista sociocultural, mas também ambiental, pois ao se reconhecer o direito de uma população ao seu território, legitima-se também sua relação diferenciada com seu ambiente, com aquilo que ela define como natureza. Além do mais, é a presença e resistência organizada dessas populações quilombolas que vem impedindo a construção de barragens, como Tijuco Alto, que causariam grandes impactos ambientais na região do Vale do Ribeira.

Desta forma, diante de remanescentes florestais e de populações tão degradadas e fragmentadas a adoção de políticas de recuperação qualitativa de paisagens visando a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida tem como elemento chave a utilização dos fragmentos florestais como ilhas de biodiversidade e a interligação destes através de corredores.

Embora a finalidade principal dos corredores seja avançar na consolidação das áreas protegidas de diferentes categorias; promover o planejamento ambiental e propiciar a integração de ações entre os órgãos ambientais e identificação de novas áreas para a conservação, eles poderiam também ser pensados como eixos de desenvolvimento socioambiental, pois em qualquer parte do país em que se deseje interligar fragmentos, biologicamente identificados como relevantes para a conservação, estes são via de regra, habitados por populações tradicionais, sobretudo na região dos fragmentos das florestas atlânticas, onde, por exemplo, podemos perceber em vários trechos a sobreposição das



áreas remanescentes de Mata Atlântica com territórios quilombolas. De forma geral os municípios que têm comunidades quilombolas, são também os que detêm os fragmentos florestais atlânticos. Em regiões como no Vale do Ribeira no estado de São Paulo essa sobreposição é nítida, comunidades e florestas continuam a existir porque se relacionaram. Em Pernambuco, embora a sobreposição também aconteça, na região da Zona da Mata restam fragmentos tão pequenos de Mata Atlântica que por vezes não é possível mapeá-los (dificuldades de escala). Além do mais, boa parte das comunidades quilombolas nesse estado, devido à agressividade e intensidade da destruição florestal, foram impelidas ao Agreste (zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão) e ao Sertão.

Novos desenhos e objetivos para a proteção da natureza são necessários e possíveis, como bem demonstram as reservas extrativistas e os territórios quilombolas. Muitas iniciativas nas últimas décadas têm tentado abordar a conservação e o desenvolvimento em um contexto integrado, que beneficiaria as populações locais e os sistemas naturais dos quais elas dependem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas têm demonstrado que os sistemas de manejo dos recursos naturais das populações tradicionais, indígenas ou não têm características positivas para a manutenção dos sistemas naturais. Pesquisadores têm potencializado o conhecimento acumulado no campo da etnociência e afirmam que algumas das atividades humanas no meio ambiente tropical (como a agricultura itinerante e do adensamento de espécies úteis) favorece em muitos casos a diversidade biológica e o processo de especiação.

A política ambiental ainda predominante, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado uma das vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe. Contudo, se o poder público considerasse essas comunidades e territórios como possíveis aliados em um processo contínuo de conservação da natureza e desenvolvimento social todos ganhariam.

Entretanto, é necessário também que as populações tradicionais e sobretudo o movimento negro, que luta ativamente pela demarcação das terras quilombolas, bem como por outras formas de políticas afirmativas para o povo negro, esteja mais integrado às discussões acerca da conservação da natureza, a exemplo do ocorrido na década de 1980 com o movimento dos seringueiros na Amazônia, que trilhando esse caminho conseguiram importantes conquistas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

O Brasil passa por um momento em que novos sujeitos de interesse entram em cena, não só por conta do crescimento de grupos e lutas já existentes, como no caso do Movimento dos Sem-Terra, mas também ganham espaço as populações tradicionais, particularmente as populações quilombolas cujos direitos estão constitucionalmente assegurados, emergem com grande vigor e potencialidade.

Muito embora a luta organizada das comunidades quilombolas no Brasil tenha tido importantes conquistas, muitos passos ainda necessitam serem dados, pois mesmo a Constituição de 1988 tendo garantido direitos territoriais às comunidades remanescentes de antigos quilombos, a titulação dos territórios acontece de forma morosa e empurrada por pressões do movimento negro em várias escalas.

Visto que nos territórios quilombolas, assim como de outras populações tradicionais, em geral encontram-se remanescentes florestais atlânticos ou outros sistemas naturais, condição necessária para a manutenção das atividades dessas comunidades, a questão ambiental seria um interessante ponto de partida para a inclusão dessas populações e territórios no planejamento do poder público visando o desenvolvimento socioeconômico e a valorização cultural destas juntamente com a manutenção dos sistemas naturais.

A problemática das populações quilombolas, bem como da conservação da natureza, estão interligadas e como tal deveriam estar inseridas no planejamento estratégico do país a partir de uma



vinculação estreita entre os ministérios do “Meio Ambiente”, da “Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, do “Desenvolvimento Agrário” e da “Cultura”. Contudo em cada um desses setores do poder público programas e projetos independentes seguem enfraquecidos e sem a obtenção de mudanças significativas dos problemas específicos que atingem as populações quilombolas.

Os problemas ambientais estão, em grande medida, vinculados aos problemas sociais e econômicos, desta forma, é necessária a instituição de novos princípios de respeito às diferenças culturais, de gestão ambiental e de democracia participativa, pois uma nova racionalidade ambiental pressupõe uma nova racionalidade produtiva, que inclua as camadas marginalizadas de nossas sociedades.

É necessário, portanto, que a proteção ambiental seja tomada sob um ponto de vista amplo, estratégico e político, isto é, que seja encarada como um investimento necessário não só para a proteção da natureza, mas sim como uma forma de desenvolvimento participativo e democrático, afinal a intensa fragmentação dos ambientes naturais, sobretudo das florestas atlânticas são questões preocupantes e que devem ter um tratamento urgente.

A inclusão da perspectiva das populações rurais na conservação da natureza e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas é um caminho possível a ser trilhado.

Assim sendo, a preocupação com o meio ambiente, bem como o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis, que levem em conta produtividade biológica, aliado a aspectos sócio-econômicos e ambientais, são cada vez mais necessários. É importante que os valores ambientais, econômicos e socioculturais das áreas florestais, proporcionem mudanças significativas e o surgimento de novas propostas para a utilização de novos sistemas de produção.

Os estudos de caso nesta pesquisa vieram comprovar e materializar a hipótese de que as comunidades quilombolas podem ser parceiras na conservação da natureza e que seus processos de territorialização são importantes barreiras ao avanço da destruição dos sistemas naturais, especialmente no que se refere aos remanescentes florestais atlânticos.

AGRADECIMENTOS

Trabalho elaborado no cerne de atividade de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física/USP e como Bolsista PNPd/CAPES e Pesquisadora do NUPAUB/US.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia do quilombo. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na Dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. p. 75-86.
- ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. 2 vol. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.
- AUBERTIN, Catherine. As reservas extrativistas: inventário. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP, 2000. p. 161-166.
- BAHRI, Sylvia. Do extrativismo aos sistemas agroflorestais. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP, 2000. p. 167-176.
- BALÉE, William. Historical Ecology: premises and postulates. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology**. Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: Editora FGV, 2006.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004. 484p.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.). **Etnoconser-**



vação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 149-163.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 176p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. 290p.

FERREIRA, Simone Raquel. **“Donos do lugar”:** a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009, 357p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2009.

GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: GOMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. **Biotropica**, Vol. 3, Nº 2, 1971. p. 125-135.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 358p.

LOPES, Helena Theodoro. **Negro e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: INIBRADE/UNESCO, 1987.

POSEY, Darrell Addison. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazonia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology.** Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.

POSEY, Darrell Addison. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta (Org.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, comunidades quilombolas e a conservação da natureza.** 2008, 357p. Tese (Doutorado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SAMPAIO, Francisco de Azevedo de Arruda; ANGELO-FURLAN, Sueli. **Políticas públicas, desmatamento e agricultura no Vale do rio Ribeira de Iguape.** Estudo de caso 5. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995, 80p.

Trabalho enviado em julho de 2013
Trabalho aceito em setembro de 2013

